

GUERRA CIVIL NA COLÔMBIA E SUA RECONFIGURAÇÃO COM O NARCOTRÁFICO: POLÍTICA PROIBICIONISTA E RESPOSTA MILITARIZADA

CIVIL WAR IN COLOMBIA AND ITS CHANGE DUE TO DRUG TRAFFICKING : PROHIBITIONIST
POLICY AND MILITARIZED RESPONSE

Por Clara Luísa

Resumo: O processo que desencadeou a guerra civil na Colômbia é pautado na manutenção da desigualdade social que acabou tensionando a relação do Estado com grupos de interesses divergentes deste e que não encontravam espaço para suas questões sociais ou ideológicas, optando pela força para substituir o sistema político vigente. Além disso, na década de 1970, novos fatores compõem e acentuam o conflito: o narcotráfico acompanhado da guerra às drogas. O texto busca contextualizar elementos que levaram ao conflito, apresentando alguns acontecimentos históricos e a reconfiguração dessa guerra com esses novos fatores, observando quais grupos disputam por poder, o que defendem, como se financiam e os impactos gerados na sociedade colombiana e no Estado.

Palavras-chave: Colômbia. Guerra. Narcotráfico. Militarizada. Proibicionismo.

Abstract: The process of civil war in Colombia is based on a maintenance of social inequality which has strained relations between State and groups with different interest which couldn't find space to act politically regarding them ideology or social questions, choosing to fight to replace political system. Besides at the 70' new elements are added to this conflict: drugs trafficking and war drug. This column will be introduced with a historical brief and then how did the conflict change with these new componentes by understanding which groups are fighting, what's the aim, how they are funded and some impacts to colombian society and the State.

Key Words: Colombia. War. Drug trafficking. Militarized. Prohibitionism.

Elementos da Guerra civil colombiana

Uma guerra civil que se deu por um processo de dominação de uma parcela da sociedade, originando e perpetuando a desigualdade, tem como essência do conflito a tendência a usar a violência para exercer o poder e a política, a falta de resolução sobre a questão da propriedade da terra no campo e a falta de garantias para a pluralidade e exercício da política, segundo Ivano Villarraga, do Centro Nacional de Memória Histórica.

A atual Colômbia já passou por muitos conflitos no decorrer de sua história de embate entre o poder estabelecido e grupos que querem estabelecer uma nova ordem, como a Guerra de Los Supremos (1839), a Guerra Civil (1895), a Guerra de Los Mil Días (1899) e La Violencia (1946).

A atual guerrilha na Colômbia é encabeçada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), assim denominadas desde a década de 60, pelo Exército de Libertação Nacional (ELN), pelo Estado Colombiano, pelos narcotraficantes (como organizações criminosas), por outros grupos de esquerda que já foram desmobilizados hoje em dia e pelas Autodefesas Unidas Colombianas (AUC), mais conhecidos como paramilitares. Desde o início, o Estado colombiano contou com o investimento dos Estados Unidos, tendo em contrapartida seu alinhamento com as diretrizes estadunidenses, tanto economicamente quanto politicamente.

Nessa perspectiva, as Forças Armadas colombianas foram enquadradas na Doutrina de Segurança Nacional norte-americana, com os EUA fornecendo apoio financeiro, militar, técnico e logístico aos militares colombianos para a luta contra grupos sociais e movimentos guerrilheiros de esquerda. (SANTOS, 2010)

As FARC são grupos que se inspiram na leitura de mundo marxista, leninista e bolivariana que teriam surgido para trazer a justiça e corrigir aspectos desiguais da sociedade colombiana em um embate contra a ordem vigente, pauta presente em diversos conflitos colombianos ao longo da sua história. Seus primeiros combatentes foram sobreviventes da guerra anterior, “La Violencia”, que deixou cerca de 200,000 mil mortos. Ignorando a anistia dada aos guerrilheiros, com a condição de desarmamento, esses sobreviventes se organizaram em repúblicas independentes, dentre elas Marquetalia, que trouxe para o governo nacional um temor de um movimento socialista nacional. Com isso, iniciou assim a primeira repressão, que ficou conhecida como *Operação Marquetalia*, para reestabelecer o controle do Estado sobre essa região. Esses grupos surgem numa lógica internacional de Guerra Fria, onde a ideologia comunista lutava contra a ideologia capitalista e vice-versa.

Nos anos 80, com incentivo das Forças Armadas, surgem os paramilitares na Colômbia. O paramilitarismo não é uma prática nova. De origem francesa, os paramilitares foram designados para suprimir um movimento insurgente em suas colônias, ou seja, é um movimento armado contrainsurgente. Não é um grupo institucionalizado pelo governo, mas teve forte apoio da elite colombiana e das forças armadas quando surgiram na Colômbia, por serem anticomunistas, além supostos “aliados” no estabelecimento da Segurança Nacional

na América Latina e caçadores do inimigo interno. Foram responsáveis por muitas mortes e remoção de civis de seus locais. Esse grupo além de não ser combatido pelo governo colombiano teve ainda suporte externo, conforme Rivera:

Los militares estadounidenses diseminaron lo aprendido a los franceses a través de la Escuela de las Américas, entre ello, la formación de organizaciones paramilitares. Se calcula que en la Escuela de las Américas (US Army Scholl of the Américas. USARSA), sin ser la única dedicada a tales propósitos, 100.000 militares latinoamericanos fueron formados allí, entre ellos, 4.629 colombianos, solamente entre 1950-1970. Pero antes de esta influencia francesa, Estados Unidos ya había implementado los escuadrones de la muerte o paramilitares en países de América Latina. (RIVERA, 2007, p.136)

É importante destacar que todos os grupos nesse conflito se utilizam de práticas violentas contra a população civil, desrespeitando direitos humanos e utilizando, além de suas causas ideológicas, o terror para recrutar e se impor em determinado território.

Nos anos 80, há um aumento mundial de consumo de cocaína na Europa e nos Estados Unidos. Então, além dos paramilitares entrarem no conflito entre as FARC e governo da Colômbia, outro elemento passa a compor essa guerra e ser utilizado para dar força financeira a “causa” para as forças fora do governo, as FARC e os paramilitares: o narcotráfico.

Ao buscarem sua fonte de renda no narcotráfico, há uma reconfiguração do conflito. Também narcotraficantes visualizaram nesse embate entre diferentes grupos da sociedade uma possibilidade de crescer e se aproveitar da falta de controle do Estado de manter um sistema de segurança que seja efetivo para o país, se organizando em grandes cartéis, intensificando ainda mais a violência na Colômbia. Soma-se a isso, a corrupção do judiciário, que corrobora ainda mais para a perpetuação desse conflito em curso há mais de 50 anos.

Investimentos Externo na Segurança Pública e Força Armada colombiana

Desde de que Nixon declarou guerras às drogas, nos anos 70, os Estados responsáveis pela oferta de substâncias consideradas ilícitas, vem sofrendo uma militarização de sua força interna no combate ao tráfico e até mesmo operações com as Forças Armadas próprias ou externas, além do investimento dos países europeus e, principalmente, dos Estados Unidos para conter a produção do narcotráfico.

A Colômbia é o país que mais investe, em percentual de PIB, no setor militar e mais recebe investimento estrangeiro para a tratativa militarizada no combate às drogas. Em 2013 os Gastos foram de US\$ 12,1 bilhões, representando 3,3% do PIB. O Brasil investiu US\$ 33,1 bilhões, que representa 1,5% do PIB. Segundo publicação de setembro/outubro 2002 da Foreign Affairs, a Colômbia é o terceiro país que mais recebe ajuda dos Estados Unidos, ficando atrás apenas de Israel e Egito.

Por estar em guerra, as Forças Armadas, que já vinham combatendo os guerrilheiros, passaram a combater também o tráfico, que passou a ser a fonte de renda para esses grupos, para os paramilitares e para os traficantes. Estes últimos puderam se aproveitar da fragilida-

de da segurança do Estado para se estabelecer.

Porém, essa estratégia militarizada para lidar com o tráfico de drogas é uma consequência da criminalização pela política proibicionista capitaneada principalmente pelos Estados Unidos. Assim como ocorre na Colômbia, que tem um fator diferencial por estar com uma guerra civil em andamento, ocorre também em outros países da América Latina, como o Brasil.

As ofensivas do governo colombiano se mostraram ineficientes para acabar com as FARC e reestabelecer a ordem no país. Não combater as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), conhecidos como paramilitares, também gerou sérios problemas de segurança para a sociedade civil, que foi removida de suas terras, estuprada e assassinada. Após algumas estratégias implementadas com investimentos externos sem muito resultado, nasce o Plano Colômbia, aprovado pelo congresso americano, em 1999.

Os americanos outorgaram para o plano 1,30 bilhão de dólares para preparar o exército e Polícia Nacional no combate ao crime organizado, numa lógica de guerra às drogas e para o fortalecimento das instituições democráticas. A ideologia dá lugar ao combate ao narcotráfico, que recebe uma ofensiva bastante militarizada.

É importante lembrar também que em 2001 houve o atentado nos Estados Unidos e iniciou-se a guerra ao terror. A associação do terrorismo e o narcotráfico dão impulso para maior investimento nessa guerra e uma estratégia mais agressiva.

Alguns analistas em entrevista para a BBC, cerca de dez anos após implementação da estratégia, entendem que o tratamento securitizado dado às drogas, depois de anos, foi capaz de enfraquecer as FARC, porém, não foi capaz de interromper o narcotráfico.

As ações de fumigações com aviões em extensos plantios da folha de coca conseguiram acabaram com parte das plantações. Atitude bastante criticada por ter oferecido risco também a outras plantações e as pessoas da área rural. As prisões de líderes de cartéis ajudaram a descentralizar a produtividade. No entanto, essa produtividade não foi extinta. Se reconfigurou buscando outros lugares, como México, e criou estratégias mais eficazes de plantio, como plantas mais resistentes a herbicidas e mais produtivas em menor espaço. E o número de consumo nos Estados Unidos também não diminuiu como esperado.

Atrelamento da Polícia Nacional ao Ministério de Defesa e Atuação das Forças Armadas

A atual estrutura de polícia da Colômbia data de 5 de novembro de 1891, que por meio do decreto 1000, criou a Policia Nacional. Esta tem como definição:

ARTICULO 5°. Definición. La Policía Nacional es un cuerpo armado, instituido para prestar un servicio público de carácter permanente, de naturaleza civil y a cargo de la Nación. Su fin primordial es el mantenimiento de las condiciones necesarias para el ejercicio de los derechos y libertades públicas para asegurar la paz ciudadana.

Em 1993 foi atribuída ao Ministério de Defesa pela lei 62 de 12 de agosto, conforme

artigo que segue:

ARTICULO 10° Del Ministro de Defensa. Para los efectos de dirección y mando la Policía Nacional depende del Ministro de Defensa.

Esse cenário propicia uma ação mais agressiva da polícia no trato com a sociedade civil, que traz um afastamento, temor e descrédito. O contínuo desempenho de suas funções junto ao Exército em uma lógica de eliminação do inimigo, totalmente voltada para a questão das drogas, acaba internalizando essas táticas em uma instituição que tem por função a proteção ao cidadão e à sua liberdade. Outros problemas de criminalidade passam a ser secundários, mesmo sem deixar de existir. É importante ressaltar também que nessa equação entra a questão da forte corrupção da polícia. Segundo Hugo Acero, em entrevista no Roda Viva, em 1991, a polícia nacional tinha 17% de credibilidade.

A população civil colombiana é a parte que mais sofre dentro desse complexo e sangrento conflito, onde impera a corrupção na política, a permissividade do entranhamento dos paramilitares sem uma tentativa real de detê-los, a incapacidade de dialogar e chegar a uma resolução para os diferentes interesses dentro do conflito e os ataques por parte dos grupos insurgentes. A resposta ostensiva do governo para dar cabo ao conflito intensifica a violência para a população civil.

Para além disso, a população colombiana sofre abuso por parte dos militares, sendo também massacrada por aqueles que estariam combatendo o terror e o tráfico. O caso que ficou conhecido como “Falsos Positivos” demonstra a brutalidade e incapacidade dessa força para operar internamente lidando com a sociedade civil. Essa prática consistiu em matar cidadãos e contabilizá-los como guerrilheiros.

Durante os dois mandatos de Álvaro Uribe (2002-2010), houve aumento de 154% nas baixas de civis. Uribe se elegeu com a promessa de acabar com a guerrilha e iniciou a “segurança democrática”, disponibilizando mais recursos para os militares e até mesmo houve maior recrutamento. Porém, não criou mecanismos de controle para as ações durante as operações.

O interesse em conseguir matar guerrilheiros está ligado ao sistema recompensa financeira emitido pelo Ministério da Defesa. Também a forma de medir a eficiência do serviço militar estava na quantidade de baixa de guerrilheiros.

A lógica dos Estados Unidos de combate às drogas, que vem militarizando as polícias na América Latina como resposta a esse problema, não diminuiu tráfico ou o consumo de drogas em seu país, mas trouxe maior violência e afastamento da polícia da sociedade civil por não conciliar outros tipos de políticas na resolução do problema.

No entanto, uma tentativa de diminuir a violência, de forma bastante contrária à lógica que se estabeleceu na Colômbia e na América do Sul ao iniciar a guerra às drogas, é posta em prática em Bogotá, em 1995, buscando melhorar as relações urbanas com o desenvolvimento de uma cultura cidadã.

O plano de Segurança em Bogotá conseguiu diminuir a taxa de homicídio em quase 80% em um período de 10 anos e chama a atenção de outros países e cidades. A proposta de

segurança vem acompanhada da ideia de que para diminuir a violência é preciso combatê-la sim com punições, dentro das leis estabelecidas, mas é preciso atuar na recuperação de quem comete o crime e prevenção por meios de melhorias na qualidade de vida do cidadão.

As instituições precisariam trabalhar em conjunto para oferecer educação, saúde, segurança, empregos e infraestrutura urbana que dê condições de melhorar a qualidade de vida. E a integração dos cidadãos no debate e tomadas de decisões também é parte fundamental desse processo. É possível que muitos tenham se juntado aos guerrilheiros ou traficantes pelas condições econômicas que vinham enfrentando. Segundo Hugo Acero, coordenador do projeto por nove anos, em entrevista para o Roda Viva coloca:

[...] A política de segurança democrática se esgota. O presidente tem uma política muito boa para o combate ao narcotráfico, para o combate ao conflito armado, para o terrorismo e para a redução da violência, sobretudo a violência homicida. É uma política realmente voltada para a questão da polícia, mas realmente faz falta uma política nacional que trate de outras questões da redução da violência, questões como a convivência. Isso exige uma política nacional. Agora, como contribuir na esfera nacional? Eu diria que com uma definição clara de política, que permita envolver os estados e municípios na questão e que permita saber como eles vão se envolver de maneira detalhada. Algumas experiências, como a de Nova York, são muito centradas na polícia. Intervir num ponto crítico de violência e delinquência em qualquer cidade não é apenas um problema de polícia. Isso requer reformas, intervenções educativas, intervenção de espaços urbanos nesse setor, intervenção para desvincular os jovens envolvidos em violência e consumo de drogas. Requer atendimento às populações vulneráveis que estão nesses territórios, melhoria do entorno, iluminação, os espaços públicos, a coleta de lixo... Isso não é a polícia que vai fazer. É preciso desenvolver uma política que atenda a isso, mas que também persiga os criminosos. Isso é feito pela polícia e pela Justiça. (ACERO, 2007)

Necessidade de uma nova abordagem?

É possível identificar hoje maior controle do Estado colombiano em seu território, porém, não total. Houve, pelo Plano Colômbia, uma descentralização da produção, um enfraquecimento dos cartéis, porém não necessariamente uma diminuição da produtividade. O relatório de 2016 da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE) aponta que entre 2014 e 2015 o cultivo teria aumentado 40% no contexto de negociações de paz e pelo cessar de fumigações.

Com a descentralização da produção pelo enfraquecimento dos cartéis, principalmente após a prisão dos Rodriguez, do Cartel de Cali, o México ganha espaço pelo vácuo momentâneo ocasionando a diminuição de exportação de cocaína para os Estados Unidos. Mas a Colômbia não está livre da produção e distribuição de cocaína. Também não houve uma diminuição no consumo por parte dos americanos.

As violações de direitos humanos que os colombianos sofreram e sofrem por conta da violência do conflito – como perda de suas terras, altas doses de fumigações, assassinatos, estupro, etc – teria sido diferente se o tratamento às drogas não fosse o proibicionismo e a

resposta militarizada?

Segundo Acero (2007), os países vão precisar entrar na discussão da legalização. O consumo aumentou muito e a produção está muito profissional. A questão da legalização, no entanto, precisaria ser uma decisão multilateral. Salienta ainda:

É necessário discutir, falar sobre as consequências. Saber até onde uma medida, como a legalização das drogas, pode mesmo ajudar na redução da violência. No caso colombiano acho que foi assim. Acho que a Colômbia sofreu demais com o fenômeno da produção, da distribuição e também do consumo de drogas em termos de violência e delinquência. Acho que a legalização – que não pode ser unilateral, não pode ser de um único país, mas deve ser uma discussão internacional– acabaria beneficiando muito a Colômbia em termos de violência e redução da criminalidade. Como a droga é ilegal e é rentável, como é um instrumento de violência na Colômbia, sua legalização ajudaria, no caso colombiano, a reduzir a violência.

O fracasso da guerra às drogas é notável. É uma guerra longe de alcançar um fim e que não para de matar civis. As drogas acompanham o homem ao longo da história e imaginar um mundo sem elas seria bastante utópico, para não dizer ingênuo. Dado esse cenário, seria importante começar a pensar na solução por meio da saúde e da educação também. Tirar as drogas da ilegalidade enfraqueceria aqueles que a utilizam como meio econômico para se fortalecer e perpetuam a violência para se manter.

Desde a proibição das drogas, países da América Latina têm vivido um caos na segurança pública pela tratativa militarizada buscando alcançar uma meta inatingível: erradicar as drogas. O Estado também é responsável por todas as mortes ocasionadas nesse embate, principalmente quando insiste em uma política que não mostra resultados e não para de assassinar pessoas, seja pelas armas ou pela circulação de substâncias inseguras, que poderiam estar passando pelo controle do Estado. É fundamental pensar na questão do controle de qualidade das substâncias para aquelas pessoas que, informadas sobre seus efeitos, resolvem usar, ou para aquelas que já usam e criaram dependência.

Qual a solução para este problema? Legalização? É difícil dizer, mas é uma possibilidade a ser pensada, pois é certo que solução não está em seguir com a política proibicionista e a polícia militarizada.

REFERÊNCIAS

BLOG REEXISTENCIA. **La militarización en Colombia más allá de la interpretación.** Disponível em: <<https://reexistencia.wordpress.com/todas-las-revistas/revista/la-militarizacion-en-colombia-mas-alla-de-la-interpretacion/>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

FERRY, Stephen; SCHOENING, Max. **Macabro Pragmatismo.** Nova Iorque: Umbrage Editions, 2012. Disponível em: <<http://violentologia.com/blog/wp-content/uploads/2011/09/VIOLENTOLOGIAmacabropragmatismo1.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

SWEIG, Julia E. What kind of war for Colombia? **Foreign Affairs**, v. 81, n. 5, set./out. 2002. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/colombia/2002-09-01/what-kind-war-colombia>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

RIVERA, Edgar de Jesús Velásquez. Historia del paramilitarismo en Colombia. **História (São Paulo)**, v. 26, n. 1, p. 134-153, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742007000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 abr. 2018.

AMNISTÍA INTERNACIONAL. Triunfo del “no”, una oportunidad perdida para la paz: Amnistía Internacional. **COLETIVO DE ABOGADOS JOSÉ ALVEAR RESTREPO**, 2016. Disponível em: <<https://www.colectivodeabogados.org/?Triunfo-del-no-una-oportunidad-perdida-para-la-paz-Amnistia-Internacional>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

COSOY, Natalio. Como a guerra entre o governo da Colômbia e as Farc começou e por que ela durou mais de 50 anos. **BBC BRASIL**, Bogotá, 24 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37181620>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

SANTOS, Marcelo. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 67-88, jul. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 abr. 2018.

MANETTO, F. Aumenta a produção e o consumo de cocaína na América do Sul. **EL PAIS BRASIL**, Bogotá, 3 mar. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/02/internacional/1488474778_660743.html?rel=mas>. Acesso em: 15 mai. 2018.

OSPINA, Hermano. Privatização assassina do conflito colombiano. **LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL**, 1 nov. 2004. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/privatizacao-assassina-do-conflito-colombiano/>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

COLOMBIA. **Ley 62 de 1993**, agosto 12. Disponível em: <http://psm.du.edu/media/documents/national_regulations/countries/americas/colombia/colombia_establishing_national_office_for_psc_1993-spanish.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2018.

MINDEFENSA. **Policía Nacional De Colombia**. Evolución Histórica. Disponível em: <<https://www.policia.gov.co/historia>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

NOBLE, Josselin. Colômbia: 22 generais acusados de massacres de civis. **LE JOURNAL INTERNATIONAL**, 16 jul. 2015. Disponível em: <https://www.lejournalinternational.fr/Colombia-22-generais-acusados-de-massacres-de-civis_a3003.html>. Acesso em :18 mai. 2018.

DEARO, Guilherme. Os 20 países com os maiores gastos militares do mundo. **EXAME ABRIL**, São Paulo, 5 fev. 2014. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/os-20-paises-com-os-maiores-gastos-militares-do-mundo/>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

FELIPE, Leandra. Plano Colômbia não interrompeu narcotráfico mas 'enfraqueceu as Farc'. **BBC BRASIL**, Bogotá, 13 abr. 2012. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/04/120411_plano_colombia_lf>. Acesso em: 19 mai. 2018.

ACERO, Hugo. [Entrevista concedida ao] Roda Viva. **Roda Viva**, 29 out. 2007. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/317/entrevistados/hugo_acero_2007.htm>. Acesso em: 19 mai. 2018